

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção aborda possíveis desfechos para o governo golpista das delações da JBS, que provavelmente levarão à queda de Michel Temer. Analisa as medidas provisórias aprovadas no Congresso Nacional e as perdas que a agenda de Temer trouxe ao país, além de listar os principais ministros que caíram por corrupção. Para finalizar, trata o pedido de “Fora Temer” e “Diretas Já” nas ruas após a denúncia da JBS.

Os doze meses de Temer

Pouco depois de completar um ano à frente do poder, o governo golpista de Temer começa a desmoronar. As graves denúncias contra o próprio presidente, comprovadas na gravação da JBS, anunciam o começo do fim da era Temer.

Desdobramentos possíveis

O jornal *O Globo* divulgou na noite de 18/5 que Joesley Batista, da JBS, havia gravado conversa com Michel Temer em 7/3, no Palácio do Jaburu, na qual Temer incentivou o empresário a continuar pagando mesada pelo silêncio de Eduardo Cunha.

Com a gravidade das denúncias reveladas na gravação da JBS, há quatro cenários possíveis:

a) A renúncia: com esse cenário o presidente da Câmara assumiria imediatamente e teria até noventa dias para chamar eleições indiretas. Em pronunciamentos nos dias 18 e 20/5, Temer disse que não

renunciaria.

b) A cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE): o julgamento está marcado para 6/6. Caso a chapa seja cassada, a escolha do novo presidente poderá ser feita por eleições indiretas. A Constituição Federal determina eleições indiretas no caso de dupla vacância nos dois anos finais do mandato.

c) Impeachment: até o dia 22/5 haviam sido protocolados na Câmara catorze pedidos de impeachment contra Temer, nove após a divulgação das denúncias da JBS e cinco antes da delação. Além dos pedidos registrados na Câmara, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou mais um pedido de impeachment de Michel Temer. De acordo com o presidente da OAB, Cláudio Lamacchia, mais importante do que uma eventual edição da gravação é o fato de Temer não ter negado o teor da conversa, ter escutado o que escutou e não ter informado as autoridades. Os trâmites do impeachment levariam em torno de 180 dias.

d) Inquérito no STF: o ministro Fachin determinou abertura de inquérito para apurar se Temer cometeu os crimes de obstrução à Justiça, corrupção passiva e organização criminosa. Com isso, Temer passaria à condição de investigado, uma vez que os crimes foram cometidos já no exercício de seu mandato.

Em todos os cenários de saída de Temer, quem assumiria temporariamente é o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Havendo renúncia, pedido de impeachment ou caso Temer seja considerado réu no inquérito do STF, eleições indiretas devem ser convocadas nos próximos trinta dias. Ainda para esses casos é possível que se antecipem as eleições diretas, desde que a Câmara vote e aprove a PEC 227/2016, de autoria do deputado Miro Teixeira (Rede -RJ), que altera a Constituição e prevê eleições diretas, exceto se o cargo ficar vago nos últimos seis meses do exercício do mandato.

A PEC entrará na pauta da Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ) e deve ganhar a adesão da oposição e deputados que tendem a abandonar o governo. No dia 20, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) abandonou o governo, e seus 27 deputados e sete senadores passaram para a oposição, defendendo o apoio à PEC do deputado Miro Teixeira. PSDB, DEM e PPS também estudam a saída do governo. O PSDB teme assumir as delações como verdadeiras pelo envolvimento do presidente licenciado do partido Aécio Neves (PSDB-MG) e parece se dividir entre sustentar Temer ou abandonar o governo, que não tem condições políticas e éticas para prosseguir. Alguns parlamentares do DEM, como o senador Ronaldo Caiado, defendem a renúncia de Temer. Já o PPS entregou um de seus dois ministérios, o da Cultura, mas por enquanto segue na base. Ainda não são possíveis cálculos precisos sobre o que vai acontecer, enquanto setores do mercado e do próprio Congresso se preocupam em manter a tramitação e aprovação da agenda do golpe.

Principais perdas da nação no período

Ao longo desses doze meses, o governo golpista de Michel Temer impôs sua agenda impopular, causando uma série de retrocessos para o país e sacrificando ganhos sociais obtidos pela população

há décadas, em especial nos catorze anos de governos petistas.

Em um ano, Temer editou 52 Medidas Provisórias, sendo que dezessete foram aprovadas. Entre as principais medidas aprovadas nesses doze meses de governo golpista está o PL 4567/16, que alterou as regras do pré-sal, em prejuízo da Petrobras. Temer também conseguiu aprovar a PEC 55, que congelou os investimentos públicos por vinte anos, e a Lei da Terceirização (PL 4302/98), que deu um dos primeiros passos para o desmonte das leis trabalhistas.

A mais polêmica, MP 746/2016, reformou o Ensino Médio sem diálogo com a sociedade, resultando nas ocupações das escolas pelos estudantes secundaristas por todo o país. Outras MPs na área de educação foram as 741/2016, que transferiu às universidades o pagamento de encargos do Fies, e a 729/2016, que, segundo a Confederação Nacional dos Municípios, sacrificou recursos da educação básica destinados às crianças em situação de vulnerabilidade social.

Algumas MPs contribuíram para desmontar o Estado brasileiro, como a 726/2016, que extinguiu ministérios, como parte da reforma administrativa. As MPs 728/2016 e 731/2016 trataram de recriar o Ministério da Cultura, após pressão do setor, e redesenhar dez mil cargos de confiança, respectivamente. A MP 727/2016 criou o Programa de Parcerias de Investimentos, ampliando privatizações, a 735/2016 facilitou privatizações no setor Elétrico, e a 745/2016, que enfraqueceu parte da indústria nacional ao permitir que a Casa da Moeda compre papel-moeda do exterior.

Outras medidas tiveram como consequência beneficiar setores da imprensa: a 744/2016, por exemplo, desmontou a Empresa Brasileira de Comunicação, e a 747/2016 perdoou emissoras de TV e Rádio que perderam prazo de renovação de suas concessões públicas. A 732/2016 diminuiu a tributação de imóveis em terrenos da União, beneficiando, por exemplo, mansões milionárias que se instalaram no litoral brasileiro. Em contraste ao discurso de ajuste fiscal, três MPs ampliaram o gasto público, como a 730/2016, que abriu crédito de R\$ 150 milhões para a Justiça Eleitoral, e as MPs 734/2016 e 736/2016, que liberaram mais de três

bilhões de reais para o Estado do Rio de Janeiro antes das Olimpíadas. Como principal exemplo recente de que o ajuste atinge os mais pobres e mantém os gastos com setores privilegiados, Temer editou diversas MPs em 2017 para criar um novo Refis, que perdoa dívidas, juros e multas de empresas e entes federativos que têm débitos com a União e a Receita Federal, cujos valores podem chegar aos 70 bilhões de reais. As MPs ainda precisam ser aprovadas no Congresso. As outras duas MPs aprovadas foram a 737/2016, que autorizou incorporação de militares inativos à Força Nacional, e a MP 751/2016, que criou o Programa Cartão Reforma.

Para não esquecer

Durante um ano de governo golpista, vários ministros caíram ou foram seriamente acusados de participar de atos ilícitos. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD-SP), principal nome da equipe econômica, esteve entre os anos de 2012 e 2016 na presidência do Conselho Consultivo do holding J&F, que controla a JBS. A empresa domina o noticiário político após delações do empresário Joesley Batista, mas a mídia mantém o nome de Meirelles blindado por ser o principal mentor e responsável pelas reformas econômicas e unanimidade entre as elites para dar continuidade a elas.

As delações da JBS também atingiram profundamente o responsável pela instabilidade democrática do país, o candidato derrotado nas eleições de 2014, senador afastado Aécio Neves. Segundo o empresário, Aécio teria recebido 60 milhões de reais em propina em 2014, ano em que foi derrotado e questionou os resultados, dando o estopim para o rompimento com a democracia no Brasil e para o golpe sustentado pelo PSDB. O senador afastado aparece em áudios pedindo dois milhões de reais à Joesley, para pagar sua defesa nos inquéritos que responde na Operação Lava Jato. A irmã e o primo do senador afastado foram presos pela Polícia Federal, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu a prisão do tucano ao STF. Na gravação, Aécio chega a falar em matar o próprio primo, intermediário na coleta de propina em dinheiro vivo, antes que o mesmo o delatasse.

Os principais ministros que caíram no período fo-

ram Romero Jucá (PMDB-RJ), do Planejamento, Fabiano Silveira, da Transparência, Henrique Alves (PMDB-RN), do Turismo, Marcelo Calero (PSDB-RJ), da Cultura, e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), da Secretaria de Governo. Os dois principais articuladores do golpe dado por Temer também foram acusados. Moreira Franco (PMDB-RJ), secretário da Presidência, apelidado de Angorá na lista da Odebrecht foi acusado de coletar propina para o PMDB junto de Eliseu Padilha, Ministro da Casa Civil.

As acusações de caixa dois atingiram a grande maioria, entre os quais se destacam Aloysio Nunes (PSDB-SP), que teria recebido quinhentos mil reais em sua campanha para senador, Gilberto Kassab (PSD-SP), acusado de receber vinte milhões de reais, e Bruno Araújo (PSDB-PE), cujo nome consta como receptor de caixa dois na delação da Odebrecht. Alguns ministros foram nomeados mesmo sendo investigados, como Maurício Quintella (PR-AL), dos Transportes, e Ricardo Barros (PP-PR), da Saúde. Quintella foi condenado por desvio de merenda escolar, enquanto Barros é investigado por direcionar uma licitação de publicidade estatal, ambos em seus estados.

Após denúncias, Fora Temer e Diretas Já

Após as denúncias da JBS envolvendo Michel Temer, milhares de manifestantes se espalharam por diversas cidades do país. As frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo e partidos de oposição convocaram atos para o dia 21 em dezessete capitais pedindo “Fora, Temer e Diretas Já”. Pedem também o fim das reformas no Congresso. O maior ato ocorreu em Belo Horizonte, que reuniu mais de cinquenta mil pessoas na Praça da Liberdade. O ato de Belo Horizonte também comemorou o afastamento de Aécio Neves do Senado.

O segundo maior foi em Fortaleza, com mais de 35 mil pessoas. Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre também realizaram atos importantes. Em São Paulo, nem a forte e insistente chuva que caiu na capital paulista no dia 21/5 inibiu a participação dos manifestantes na Av. Paulista, que reuniu mais de vinte mil pessoas, sob o comando de três carros de som. As centrais sindicais marcaram novo ato no dia 24, em um movimento chamado “Ocupa Brasília”.